



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 574, DE 2022

Voto de censura ao Ministro da Economia pelo anúncio do novo corte de R\$6,73 bilhões no Orçamento de 2022, que recairão na Saúde e na Educação.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de censura ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, pelo anúncio do novo corte de R\$6,73 bilhões no Orçamento de 2022, que recairão sobre a Educação e a Saúde.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Mais uma vez, venho externar minha indignação com a proposta do Ministério da Economia de bloquear mais R\$6,73 bilhões no Orçamento de 2022, que recairão sobre a Educação e a Saúde.

O bloqueio adicional foi divulgado na última sexta-feira, dia 22/7, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre, formulado pelo Ministério da Economia.

Embora os critérios para os cortes ainda não tenham sido divulgados, veremos novamente a Educação e a Saúde desse país sendo sucateadas em virtude das diversas vezes que o Orçamento Geral da União foi flexibilizado para financiar ações do interesse do Presidente da República para fins eleitoreiros.



SF/22925.90994-25 (LexEdit)

Este é o terceiro contingenciamento anunciado em 2022 para o cumprimento do teto de gastos. Com isso, os cortes já chegam a R\$ 15,4 bilhões, sendo que R\$ 12,7 bilhões continuam contingenciados.

No dia 31 de maio deste ano, protocolei no Senado Federal meu primeiro voto de repúdio ao Ministro da Economia pelo bloqueio de R\$3,23 bilhões do Ministério da Educação, que recaiu diretamente sobre as despesas de custeio e investimento das universidades e institutos federais, bem como sobre as entidades vinculadas ao Ministério da Educação - MEC como a Capes (que coordena os cursos de pós-graduação), a Ebserh (que gerencia hospitais universitários) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que auxilia estados e municípios a garantir educação básica de qualidade.

Naquela época, os reitores das universidades já afirmavam que com o contingenciamento só teriam condições de cumprir com o pagamento das despesas até setembro deste ano. O corte representou 14,5% de todo o orçamento das universidades e 24,15% da fonte 20RK (funcionamento de instituições federais de ensino superior).

Agora, se o novo contingenciamento recair novamente sobre as universidades, institutos e entidades vinculadas ao MEC, esse prazo vai ser antecipado, gerando um caos na educação de jovens e adultos.

Isso sem falar na Saúde, que teve sua crise agravada desde o começo da pandemia do novo Coronavírus, com a falta de insumos e medicamentos, queda na cobertura vacinal, falta de equipamentos, próteses para transplantes, entre outros.

Recentemente, a Confederação Nacional dos Municípios fez levantamento mostrando que 80,4% das prefeituras do país estão sem remédios e insumos básicos para atender à população que depende de medicamentos fornecidos pelo governo através da Farmácia Popular.

Contingenciar a Saúde é atacar diretamente o bem-estar da população brasileira.

Infelizmente, a prática e a experiência mostram que o governo sempre contingencia aquelas áreas que deveriam ser preservadas, como Saúde e Educação, por serem as que dispõem de maior orçamento.

Não sou contra a qualquer tipo de benefício ou pagamento que o governo faça para melhorar a vida de qualquer brasileiro, desde que não prejudique o funcionamento das universidades, institutos e entidades educacionais vinculadas ao MEC e nem a saúde de milhões de brasileiros, que já sofrem nas filas de espera de hospitais e postos de saúde.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2022.

Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)

